



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5213, de 17/06/2020

TCDF/Secretaria das Sessões

Folha:.....

Processo: **1685/2019-e**

Rubrica:.....

PROCESSO Nº **1685/2019-e**

RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

EMENTA : Auditoria operacional realizada no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, com o objetivo de avaliar a gestão da frota de veículos automotores rodoviários da jurisdicionada.


DECISÃO Nº 2310/2020

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) dos Ofícios SEI-GDF nº 1221/2019 - SEEC/GAB e anexos (e-doc 52B426D8-c) e nº 90/2019 - PCDF/DGPC/DAG/GAB e anexos (e-doc 5114DC9F-c); b) do Relatório Final de Auditoria (e-doc DDC93758-e) e das Matrizes de Planejamento e de Achados (e-docs 43CD5AE5-e e 0EF8E7A8-e); II - determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que: a) regulamente e providencie o dimensionamento da frota de veículos da Corporação, com base em critérios objetivos, claros e mensuráveis, no sentido de (Achado 1): 1) fixar a quantidade mínima e ideal de viaturas (caracterizadas e descaracterizadas) por unidade da Corporação (Departamentos, Coordenações, Institutos, Divisões, Delegacias e equivalentes); 2) estabelecer formalmente planejamento para a aquisição e renovação/substituição de viaturas a curto, médio e longo prazo; 3) especificar os veículos a serem adquiridos, em conformidade com as necessidades de suas unidades, assim como institucionalizar a realização contínua de avaliações de desempenho e feedback, abrangendo os setores que utilizam os veículos adquiridos, a fim de otimizar novas aquisições; b) adote providências a fim de que os Termos de Referência para aquisição de viaturas sejam elaborados em critérios técnicos e objetivos, por setor(es) e/ou servidores com qualificação e/ou capacitação técnica compatível, mediante análise de avaliações de desempenho e feedback dos usuários das viaturas anteriormente adquiridas (Achado 1); c) normatize e implante sistemática para o efetivo controle, acompanhamento e fiscalização do uso de viaturas na Corporação, a exemplo do rastreamento de viaturas via GPS por meio dos equipamentos de rádio (Achado 2); d) implante controles efetivos do pernoite de viaturas, além de vincular a autorização de pernoite em unidades distintas e pernoite livre à situações excepcionais que justifiquem a medida, mediante a fixação de critérios técnicos e objetivos (Achado 2); e) adote providências com vistas a implementar a sistemática de gestão e monitoramento de todas as viaturas empregadas na atividade fim do IC e IML, a fim de otimizar a prestação de serviços (perícias, recolhimento de cadáveres, etc.), avaliando a conveniência de extensão dessa sistemática a outras unidades da PCDF (Achado 2); f) discipline a forma de controle, acompanhamento e baixa das notificações de trânsito aplicadas a viaturas, e de responsabilização dos respectivos usuários, quando for o caso (Achado 2); g) implante controles sistematizados que viabilizem o acompanhamento gerencial e fiscalização das atividades e despesas relacionadas à manutenção de suas viaturas, incluindo (Achado 3): 1) dados relativos às viaturas (cadeia dominial, documentação, multas, etc.); 2) histórico de manutenções (preventivas e corretivas), relação e valores das peças, componentes e acessórios aplicados, e serviços realizados tanto na DITRAN/PCDF quanto em contratadas; 3) situação/localização da viatura na DITRAN (andamento dos serviços e local/oficina em que se encontrar); h) adote providências, a fim de tornar tempestivas as contratações de (Achado 3): 1) fornecedores de peças, componentes e acessórios para a manutenção de viaturas; 2) serviços de manutenção realizados fora da DITRAN/PCDF, a exemplo das preventivas durante o período de garantia dos veículos, e das corretivas que requeiram serviços especializados e/ou mais complexos; i) abstenha-se de atribuir quantidade excessiva de contratos a um único executor, limitando-a em razão da complexidade e duração dos ajustes, a fim de não comprometer a eficiência da gestão de sua frota (Achado 3); j) avalie a pertinência de ajustar os termos de seus normativos internos que tratam do reparo de viaturas sinistradas, de modo a garantir eficiência e tempestividade na recuperação dos veículos (Achado 3); k) adote providências a fim de solucionar as limitações identificadas na implantação do Sistema de Gestão de Viaturas pela Seção de Registro e Cadastro de Viaturas da DITRAN (SRDV/DITRAN) (Achado 3); l) discipline e estabeleça formalmente as atribuições legais inerentes à Comissão Permanente de Alienação da Corporação (Achado 4); m) normatize o processo de descarga e alienação de viaturas na Corporação, disciplinando critérios objetivos e procedimentos que assegurem a regularidade e a tempestividade das alienações (Achado 4); III - determinar à Polícia Civil do Distrito Federal, à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran/DF que, conjuntamente, adotem procedimentos visando regularizar a cobrança indevida de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA de veículos de propriedade da Corporação, independentemente de sua titularidade anterior, em razão da vigência de isenção tributária, nos termos do art. 2º, inciso VII, da Lei nº 6.466/19 (Achado 5); IV - determinar à Secretaria de Estado de Economia

do Distrito Federal e ao Detran/DF que, conjuntamente, adotem procedimentos visando estender a medida determinada no inciso anterior aos demais veículos oficiais beneficiados pela isenção tributária de que trata o art. 2º, inciso VII, da Lei nº 6.466/19, a fim de obstar eventual cobrança indevida de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA; V - recomendar à Polícia Civil do Distrito Federal que: a) adote providências a fim de priorizar a execução das dotações orçamentárias destinadas às despesas com investimentos, de modo a viabilizar o cumprimento do planejamento do órgão, e evitar a ocorrência de problemas tais como os decorrentes da limitada aquisição de viaturas no período de 2014/2017 (Achado 1); b) implemente indicadores de desempenho que permitam o monitoramento do tempo alocado à manutenção de viaturas, a fim de sanar eventuais ineficiências (viaturas paradas por longos períodos) e de melhorar a prestação dos serviços (Achado 3); VI - fixar o prazo de 120 (cento e vinte) dias para que: a) a Polícia Civil do Distrito Federal encaminhe ao Tribunal relatório detalhado das providências adotadas; b) a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e o Detran/DF apresentem informações sobre as medidas suso determinadas; VII - dar ciência do relatório final de auditoria (e-doc DDC93758-e), do relatório/voto do Relator e desta decisão à Polícia Civil do Distrito Federal, à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e ao Detran/DF; VIII - autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública - SEASP, para adoção das providências cabíveis.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram os Conselheiros RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausentes a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, e o Conselheiro MÁRCIO MICHEL.

SALA DAS SESSÕES, 17 de Junho de 2020


João Batista Pereira De Souza
Secretário das Sessões


Manoel Paulo de Andrade Neto
Conselheiro